

# FINANCIAR O DESENVOLVIMENTO

Abdul Magid Osman

## DEFINIR O DESENVOLVIMENTO

Para os efeitos deste texto, vamos considerar o desenvolvimento como o resultado de um aumento de produtividade, isto é, um aumento de *output* de bens e serviços, sem aumento na utilização de recursos.

Um exemplo simples de desenvolvimento é o de 100 mil camponeses conseguirem produzir 100 000 ton de algodão caroço em vez das 50 000 ton de caroço produzidos no passado, nos 100 000 ha de terras que habitualmente trabalham.

Há também desenvolvimento quando uma unidade sanitária ou uma unidade escolar atendem mais doentes ou leccionam mais estudantes, sem deterioração da qualidade de serviços, com os mesmos docentes ou pessoal de saúde e nas mesmas instalações físicas.

Por isso, o factor mais importante para o aumento da produtividade é a inovação tecnológica, incluindo-se nesta a melhoria da organização do trabalho pela alteração de sistemas e de processos, para além da introdução de equipamentos e materiais mais modernos (*sementes com maior poder germinativo, por exemplo*). Contribuem também para a inovação tecnológica os investimentos em infra-estruturas físicas (estradas, barragens, linhas de alta tensão, etc.), em fábricas ou empresas (*a produtividade de um trabalhador integrado numa empresa é, em regra, muito maior do que um trabalhador rural por conta própria*), em educação (*nos países em vias de desenvolvimento, como Moçambique, a educação com qualidade é um requisito fundamental para o aumento de produtividade*) e saúde (*a redução de abstenção ao trabalho por doença contribui de uma forma clara para o aumento de produção para além da redução das despesas com o tratamento médico*).

Muitos outros factores contribuem ainda para o processo de desenvolvimento que é, aliás, muito mais complexo do que o somatório de projectos. Factores como a tradição (*incluindo a religiosa*), cultura (*incluindo o sistema de valores*), o clima, a localização geográfica e outros, têm um impacto considerável e, em situações especiais, até determinante, no processo de desenvolvimento. A criação de um ambiente em que a iniciativa individual e colectiva possa florescer, em igualdade

de condições e sem peias burocráticas, explica em grande medida o recente sucesso económico da Índia.

Como o objectivo desta apresentação é abordar a questão do “financiamento do desenvolvimento”, ou seja, analisar as fontes de financiamento para o desenvolvimento, vamos adoptar a definição inicial e restrita de que o desenvolvimento é o resultado directo de aumento de produtividade e este depende de investimentos, e admitir ainda que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) reflectem de algum modo o desenvolvimento económico e social de um país, pois sem o crescimento do PIB não há desenvolvimento.<sup>1</sup>

Ora, as componentes fundamentais do PIB são:  $PIB = C$  (Consumo privado e público) +  $I$  (Investimento público e privado) +  $Exp.$  (Exportação) –  $Imp.$  (Importação); e o aumento significativo em qualquer das componentes como  $C$  (consumo),  $I$  (Investimento) e  $Exp.$  (Exportação) tem um impacto correspondente nas taxas de crescimento do PIB, consoante o seu peso na equação.

A composição do PIB varia de país para país e, em consequência, as taxas de crescimento têm também origens diferentes.

Assim, por exemplo, nos Estados Unidos da América, o consumo privado representa 70% a 74% do PIB, e durante muitos anos o aumento do consumo privado foi o principal factor para o crescimento da economia dos EUA. Deste aumento do consumo, suportado em parte por créditos bancários, resultou um sobreendividamento das famílias americanas e, em consequência, uma baixíssima taxa de poupança privada.

Este modelo de crescimento do PIB, com endividamento tanto de famílias como do próprio Estado americano (que é o maior devedor do mundo) era insustentável, pois criou desbalanços ao nível mundial e daí a crise económica internacional, com origem nos EUA, que sugou e continua a sugar as poupanças de outros países.

Com efeito, o Japão, a Alemanha, a China, a par de países produtores de petróleo, têm poupanças internas consideráveis para além de *superavits* nas contas externas, e estas poupanças, para além de permitirem um nível de investimento significativo, servem também para financiar o consumo e o investimento de países com fracas poupanças e com défices comerciais elevados como os EUA, o Reino Unido e a Espanha.

O crescimento económico da China é um exemplo oposto, pois a componente mais importante para o crescimento são os investimentos e as exportações, com supressão do consumo privado e público. O modelo é acompanhado de grandes poupanças domésticas que se situam entre 40 a 50% do PIB, enquanto que no caso dos EUA, as poupanças domésticas se situam à volta dos 13%.

A capacidade de financiar o investimento de um país depende em última análise das poupanças nacionais, ainda que, temporariamente, os investimentos nacionais possam ser financiados do exterior (empréstimos, ou mesmo donativos).

## MOÇAMBIQUE

Moçambique é uma versão agravada de países como os EUA, a Espanha e o Reino Unido, pois nestes as poupanças nacionais são reduzidas em termos do PIB, enquanto que no nosso caso são negativas.

De igual modo, o défice moçambicano da Balança Comercial representa 20% do PIB, e no caso americano, embora gigantesco em termos absolutos (da ordem dos 600 bilhões de USD), representa, no entanto, menos de 5% do PIB americano .

As poupanças nacionais, sendo negativas, têm um papel reduzido no financiamento do desenvolvimento que, no nosso caso, depende anormalmente da ajuda externa, incluindo os empréstimos internacionais.

Com efeito, as taxas elevadas de crescimento do PIB moçambicano resultam em grande medida da componente I (investimento público e privado) que em regra se situa entre 20 a 25% do PIB (em alguns anos especiais atingiu 30%) e na sua quase totalidade financiado com recursos externos.

### AJUDA EXTERNA

A ajuda externa financia não só o investimento público mas também o consumo privado e público, pois as divisas disponibilizadas através de donativos directos ao Orçamento do Estado e de apoio à Balança de Pagamentos ajudam a equilibrar as contas externas do País. Com efeito, como mostra o quadro seguinte, os défices anuais da Balança Comercial e de Transacções Correntes têm vindo a subir em valores absolutos embora em termos relativos ao PIB tenham tendência para diminuir.

**FIGURA 1** SALDOS DAS CONTAS EXTERNAS (SEM GRANDES PROJECTOS)

Anos	SalDOS em Milhões de USD	
	Balança Comercial	Transacções Correntes
Média de 90-2000	-694	-494
2001	-675	-804
2002	-678	-1169
2003	-818	-871
2004	-1050	-1101
2005	-1518	-1533
2006	-1501	-1455
2007	-1820	-1816
2008	-2209	-2149

**FONTE** Banco de Moçambique (Balança de Pagamentos 2003-2004, 2005, 2006 e 2007)  
Instituto Nacional de Estatística (Anuários Estatísticos 1990-2008)

Estes défices de contas externas, que se mantêm desde a Independência nacional, são sustentados na quase totalidade por ajuda externa cujos volumes são consideráveis.

A ajuda externa, como dissemos, serve não só para equilibrar as nossas contas externas mas também e sobretudo para financiar o investimento público.

Com efeito, os impostos e outras receitas do Orçamento do Estado mal chegam para cobrir as despesas correntes, como elucida o quadro seguinte:

**FIGURA 2** FINANÇAS PÚBLICAS (% DO PIB)

	2007	2008	2009*	2010*
Despesas totais	28.1	27.9	33.1	34.4
Despesas correntes	16.4	16.6	17.5	17.6
Despesas de Investimentos	11.7	11.6	15.6	16.8
Receitas (sem donativos)	15.9	16.0	15.7	16.0

\* Estimativas do FMI

**FONTE** FMI

Aqui se verifica que o saldo entre as receitas próprias (sem donativos) e as despesas correntes é insignificante, pelo que o investimento público depende exclusivamente da ajuda externa, que representa 46% do Orçamento do Estado, com tendência para agravar. Se incluirmos nesta análise, os financiamentos externos para os projectos desenvolvidos no âmbito de empresas públicas, como a EDM, a nossa dependência do exterior é ainda maior.

## EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS

Embora não estejam disponíveis os dados estatísticos, é do conhecimento geral que os grandes projectos – MOZAL, SASOL, HCB (aquisição da posição portuguesa) e outros são financiados na quase totalidade pela banca internacional, pois os bancos locais não têm fundos próprios para os valores em causa de vários biliões de USD.

A crise internacional baixou radicalmente o apetite da banca internacional no financiamento dos projectos nos países em desenvolvimento, (com excepção dos ligados a energia, em particular petróleo), o que implicará a redução do investimento privado estrangeiro, o que implica a redução das elevadas taxas de crescimento do PIB moçambicano registado no passado.

## POUPANÇAS NACIONAIS

A grande dependência da ajuda externa e do financiamento internacional em geral é uma consequência da exiguidade das poupanças nacionais que, como já dissemos, são negativas.

As poupanças nacionais têm a seguinte origem:

- Governo
- Empresas
- Individuais

Ao nível do Governo, as receitas próprias (antes dos donativos) do Estado não chegam para cobrir as despesas correntes, pelo que, ao nível do sector público, não há, na prática, disponibilidades para investimento. Note-se que é pouco provável que, no futuro, o sector público possa apresentar poupanças consideráveis, pois os aumentos de receitas próprias destinar-se-ão para cobrir os aumentos das despesas correntes da Educação, da Saúde, e sobretudo para a manutenção de infra-estruturas que entretanto foram construídas. etc... pois as actuais verbas destinadas a estes objectivos são insuficientes.

Ao nível das Empresas, as poupanças correspondem aos lucros líquidos depois de impostos e depois dos dividendos. Não existem dados fidedignos para a estimativa deste valor; contudo, podemos ter uma grandeza muito grosseira se trabalharmos com os números publicados no Relatório das 100 maiores empresas da KPMG 2007, que para o conjunto apresenta um lucro depois de impostos de 854 milhões de USD, dos quais 592 milhões USD são da MOZAL, que não contribuem para a poupança nacional, ou porque são expatriados como dividendos, ou porque são retidos em contas bancárias no exterior (o mesmo sucedia com as contas da HCB, no passado). Se retirarmos ao total o conjunto de lucros de outras 15 empresas com os maiores lucros, tais como Millenium BIM, (58 milhões), HCB (42 milhões), Cervejas de Moçambique e outras, então a diferença fica reduzida para apenas 20 milhões de USD, aproximadamente. Isto é, 84 das 100 maiores empresas de Moçambique têm lucros acumulados de cerca de 20 milhões de USD apenas. Obviamente que estes números reflectem apenas os lucros declarados e não os reais, mas de todo o modo, não é por aí que Moçambique vai conseguir financiar os projectos de desenvolvimento.

## DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO

A outra forma, e talvez a mais representativa, de avaliar as poupanças nacionais é a de analisar a evolução dos depósitos no sistema bancário.

Os depósitos no sistema bancário têm vindo a crescer a taxas superiores ao crescimento real do PIB, mas muito próximas do seu crescimento nominal como se constata do quadro seguinte:

**FIGURA 3** EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS (EM MILHÕES DE USD)

	2000	%*	2001	%*	2002	%*	2003	%*	2004	%*	2005	%*	2006	%*	2007	%*
<b>DEPÓSITOS TOTAIS</b>	948	25	919	-3	977	6	1200	23	1287	7	1601	16	1857	16	2250	21
<b>DEPÓSITOS À ORDEM</b>	712	24	686	-4	706	3	810	15	856	6	1122	11	1250	11	1438	15
<b>DEPÓSITO A PRAZO</b>	236	29	233	-2	271	17	390	44	431	11	478	27	608	27	812	34

\* % variação em relação ao período anterior

**FONTE** Estimativas do FMI nos *Staff Reports* (vários); FMI *International Financial Series* (vários); Taxas de câmbio do Banco de Moçambique

Em sentido restrito, só os depósitos a prazo é que constituem poupanças, e felizmente têm vindo a crescer a uma taxa maior que as de depósitos à ordem, representando já cerca de 38% dos de-

pósitos totais (nos países desenvolvidos, este valor atinge por vezes cerca de 80%, não obstante existirem nesses países outros instrumentos de poupanças – tais como obrigações, acções, etc.). A capacidade de financiar dos bancos em cada ano resulta dos reembolsos mais os aumentos dos depósitos. Ora, o aumento de depósitos nos últimos 5 anos tem sido em média da ordem dos 200 milhões de USD por ano, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades do país, daí a necessidade de empréstimos do exterior.

Esta distinção entre os depósitos à ordem e os depósitos a prazo ajuda também a clarificar a expectativa, falsa na nossa opinião, de que a bancarização da população pode aumentar consideravelmente as poupanças, pois, embora haja espaço para aumentar a bancarização da população, este esforço não deverá trazer grandes aumentos de depósitos a prazo pelas seguintes razões:

- A população rural será durante muito tempo tomadora líquida de recursos, pois tem, com pequenas excepções, rendimentos monetários muito baixos. Confunde-se infelizmente o excesso de liquidez que existe em momentos de comercialização e que não chega a constituir-se em poupança, (em depósito a prazo), pois é rapidamente dispendida.
- Além disso, existe uma grande concentração de depósitos tanto ao nível de empresas como de particulares, e é muito possível que 5% das contas individuais detenham mais de 95% do total dos depósitos de particulares.

Neste contexto do aumento do número de depositantes, por exemplo, para o dobro, resultaria um aumento pouco significativo do valor dos depósitos a prazo e mesmo à ordem.

A constituição das poupanças, por outro lado, é um processo acumulativo de várias dezenas de gerações e nos países mais avançados estas poupanças estão nos bancos, nos títulos de crédito (acções e obrigações) e nas propriedades (empresas, casas, etc.). Por exemplo, a capitalização da Bolsa de Valores de Joanesburgo é superior a 5 triliões de rands, ou seja, cerca de 2,8 vezes o PIB sul-africano. De igual modo, os depósitos no sistema bancário sul-africano representam cerca de 110% do PIB (2 triliões de rands para um PIB de 1,8 triliões de rands), enquanto no nosso caso os depósitos bancários representam apenas 28% do PIB moçambicano e a capitalização da nossa Bolsa de Valores é irrisória.

O esforço de bancarização e/ou campanhas de poupança são extremamente importantes, mas não é de esperar aumentos espectaculares na captação de poupanças ao ponto de as mesmas poderem financiar os investimentos públicos ou os grandes projectos privados, pois, ao nível de investimentos públicos, as estimativas das necessidades para os próximos 2 anos são de cerca de 5 biliões de USD, enquanto as poupanças privadas (depósitos a prazo) deverão crescer em cerca de 500 milhões de USD, para o mesmo período.

Por outro lado, o uso de poupanças privadas para financiar o investimento público pode estrangular o desenvolvimento do sector privado, que ficaria assim sem acesso ao crédito bancário.

## FINANCIAMENTO FUTURO

A dependência de Moçambique da ajuda externa é sobejamente conhecida, mas a crise económica e sobretudo a crise de instituições financeiras internacionais vai agravar esta dependência, pois, como revela o quadro seguinte extraído do relatório do FMI no âmbito de consultas, no âmbito do artigo IV, as previsões de investimento são as seguintes:

**FIGURA 4** INVESTIMENTO COMO % DO PIB

	2007	2008	2009	2010
<b>INVESTIMENTO NACIONAL BRUTO</b>	17.9	18.5	21.9	22.7
<b>* GOVERNO</b>	11.7	11.6	15.6	16.8
<b>* OUTROS SECTORES</b>	6.2	6.9	6.3	5.9

**FONTE** Governo de Moçambique

Por outro lado, o mesmo relatório prevê a seguinte evolução para as contas do Estado.

**FIGURA 5** DESPESAS E RECEITAS DO ESTADO COMO % DO PIB

	2007	2008	2009	2010
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	28.1	27.9	33.1	34.4
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	16.4	16.3	17.5	17.6
<b>DESPESAS DE INVESTIMENTO</b>	11.7	11.6	15.5	16.8
<b>RECEITAS</b>	15.9	16.0	15.7	16.0

**FONTE** Governo de Moçambique

Portanto, as receitas próprias do Estado não deverão cobrir as despesas correntes do Estado, pelo que o investimento público que sobe em cerca de 35% deverá ser financiado na totalidade por recursos externos.<sup>2</sup>

## PROBLEMÁTICA DA AJUDA EXTERNA?

A redução da dependência em relação à ajuda externa, incluindo os empréstimos internacionais, é uma preocupação legítima, pois o grau de dependência do país dá à Comunidade Internacional uma influência desmedida nos assuntos internos deste.

Mas esta dependência é um facto e ela resulta porque as poupanças nacionais são negativas e, nos próximos 10 anos, não será possível alterar significativamente este facto, mesmo que alguns megaprojectos, tais como os de carvão se materializem. Estes projectos levam alguns anos depois do início da produção para atingir a plena capacidade, pelo que só depois desse momento – o de produção óptima – se podem esperar poupanças significativas e, mesmo assim, só se o regime fiscal for favorável para o país, o que na actual conjuntura internacional será mais difícil para quase todos os projectos com excepção do petróleo, caso se venham a descobrir reservas comercialmente viáveis deste produto.

Admitir que o país pode viver sem ajuda externa ou com uma redução significativa da mesma, é escamotear a realidade e recusar tratar de outras questões reais que requerem uma atenção urgente, pois:

- Qualquer país pode viver sem a ajuda externa ou com relações económicas exteriores reduzidas, mas com um sacrifício enorme no consumo corrente das populações, sobretudo das mais pobres, e hipotecando ainda o futuro das próximas gerações por ausência de investimento público e privado;
- Por isso, interessa sim definir uma política mais racional na utilização dos recursos externos de forma a acelerar a redução desta dependência;
- Esta política é também necessária para reduzir os efeitos perniciosos da Cooperação Internacional. Por exemplo, a descentralização da decisão na utilização de recursos externos (como é defendida por alguns sectores) pode tornar o processo de desenvolvimento nacional mais atomizado e, por consequência, mais incoerente.

## BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Um Banco de Desenvolvimento é por vezes apresentado como panaceia para a insuficiência tanto de poupanças nacionais como para a mobilização de recursos externos adicionais, ignorando o facto de que tanto as poupanças nacionais como os recursos externos não aumentam com a criação do Banco, com excepção de alguns fundos externos para a constituição do capital social que de outro modo não viriam para Moçambique.

Mas os bancos, mesmo os de Desenvolvimento, como regra, não usam os fundos próprios para a sua actividade creditícia, mas sim os fundos alheios (neste caso, depósitos, empréstimos e donativos) e estes, como já dissemos, são limitados e não aumentam com a criação de um banco deste tipo. Por isso, um Banco de Desenvolvimento competirá pelos mesmos recursos externos que hoje financiam os investimentos públicos que figuram no Orçamento do Estado (como donativos), ou pelos depósitos que constituem a base para a actividade creditícia dos bancos comerciais ou pelos empréstimos que financiam os projectos das empresas públicas.

Um Banco de Desenvolvimento, embora não signifique um aumento de recursos, pode, no entanto, permitir racionalizar o processo de decisão sobre os projectos de infra-estruturas a financiar, exigindo que haja uma melhor fundamentação económica desses mesmos projectos e forçar que o retorno destes investimentos seja um factor a ponderar. Permitiria ainda que vários fundos do Estado fossem geridos por uma única instituição e de uma forma mais coerente e racional. Mas a criação de um Banco desse tipo exigiria que o poder político abdicasse de uma parte importante de recursos e, sobretudo, que delegasse num conjunto de tecnocratas independentes o poder de decisão. Por exemplo, as estradas a construir deixariam de ser decididas por critérios políticos e subjectivos, optando por critérios mais técnicos e objectivos.

Com ou sem um Banco de Desenvolvimento, importa a reformulação de algumas políticas, em particular as que a seguir mencionamos, para acelerar o processo da independência económica:

## POUPANÇAS INFORMAIS

O sistema financeiro nacional, embora se tenha modernizado com agressividade, será ainda durante muito tempo incipiente e por isso não se constituirá em fonte principal de financiamento para o desenvolvimento. Por outro lado, não são de esperar poupanças ao nível do Estado, mesmo que seja possível rever (o que é pouco provável) o sistema de incentivos fiscais para o investimento privado estrangeiro.

Torna-se, por isso, necessário procurar outras formas de resolver os problemas de ausência de financiamento para os projectos de desenvolvimento, à semelhança do que sucede com a habitação. Com efeito, nos subúrbios das nossas cidades, em particular na cidade de Maputo, as casas de caniço e de zinco foram substituídas por casas de alvenaria.

Este investimento, que se estima em mais de 1,5 biliões de USD, não foi financiado pela ajuda externa, nem pela banca internacional ou nacional, mas resultou das poupanças informais próprias. Este esforço e outros similares, quando devidamente enquadrados e apoiados, são a componente que habitualmente falta ao esforço de desenvolvimento.

As pessoas são pobres porque não têm acesso a recursos, conhecimentos técnicos, terras e terrenos, etc., e não porque sejam em si incapazes.

A dotação destes recursos e a mudança de atitude exige que se pense no desenvolvimento de uma forma mais holística e que as intervenções sejam mais sistémicas.

## VISÃO MAIS HOLÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO

Os projectos de infra-estruturas são importantes, mas, como a experiência revela, não desencadeiam automaticamente aumentos de produção pela via do aumento de produtividade e, além disso, implicam custos crescentes de manutenção para o que não existe capacidade financeira nacional. Por isso, é necessário uma política de investimento público que tenha uma visão mais holística do desenvolvimento, que hoje é confundido com um somatório de projectos.

O aumento da produtividade requer que todo o tecido económico e social funcione melhor, com mais fluidez, sobretudo com maior celeridade e com custos cada vez menores – que os transportes estejam disponíveis quando necessários, as autorizações e as licenças sejam concedidas em tempo oportuno, as inspecções, embora necessárias, sejam mais educativas que punitivas, e que, de um modo geral, o ambiente seja mais conducente à iniciativa privada mas também comunitária.

Urge que uma parte do financiamento disponível seja investido para se fazer melhor, e operar e manter melhor.

Por outro lado, a crise internacional é uma oportunidade para rever os critérios de decisão sobre os projectos de investimento no país, pois os recursos são escassos e têm de ser investidos em projectos com maior capacidade reprodutiva – neste contexto, a construção de um Estádio Nacional, como a de Ministérios, não satisfariam um critério objectivo de avaliação.

A construção de novas infra-estruturas básicas, sem o aproveitamento das existentes com as intervenções mais sistémicas, para além de agravar as despesas de manutenção, serve de pretexto para adiar o investimento no que é fundamental, por exemplo, na Revolução Verde. São usuais os documentos em que se planificam novas infra-estruturas na esperança de que vai haver um aumento da produção agrícola, mas não se planificam aumentos de produção nas infra-estruturas já existentes ou em construção.

Finalmente, a superação da dependência externa crónica exige o reforço de capacidades nacionais, a todos os níveis e em todos os domínios, e não é apenas um problema de educação e/ou formação, é também um problema de liderança múltipla, de atitude e de crença que devemos e podemos ser mais conhecedores e mais competentes.

Como reforço de capacidades nacionais, queremos dizer:

- Um camponês que produz 1000 a 1200 kg de algodão caroço em vez de 400 a 500 kg por ha;
- Um camponês que produz mais cereais e os conserva melhor;
- Uma comunidade de camponeses que sabe da importância da água e do seu uso, e por isso, sabe conservá-la e construir, inclusive com meios próprios, pequenos regadios;
- Um operário que, mesmo nas condições duras de salário de sobrevivência, compete em termos de qualidade de trabalho e de produtividade com os melhores, pelo menos ao nível do continente africano;
- Quadros e técnicos, com brio profissional e, porque o ambiente de competição assim exige, que se superam nos trabalhos técnicos e de gestão;
- Empresários que se preocupam com a organização do trabalho para o aumento permanente de produtividade;
- Os dirigentes que se preocupam também com a componente *soft* do desenvolvimento e não apenas com as infra-estruturas físicas.
- Este reforço de capacidade é efectuado num ambiente de competição, com maior abertura para o recrutamento de quadros e técnicos estrangeiros, pois de outro modo o país não poderá competir e os nossos técnicos e quadros terão referências medíocres.

O aumento de produtividade como factor essencial para o desenvolvimento exige que todo o paradigma político, social e, incluindo, o quadro de valores prevalecente, seja profundamente alterado, o que só é possível com envolvimento de todos os agentes da sociedade civil, do sector privado e em particular do Estado.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Países como a Guiné Equatorial e outros produtores de petróleo, apresentam taxas elevadas de crescimento do PIB, sem reflexo correspondente nos vários índices de desenvolvimento. É questionável também tomar o crescimento do PIB como desenvolvimento, mas de qualquer modo o crescimento do PIB é uma condição necessária para o desenvolvimento.
- <sup>2</sup> Embora em termos globais esta afirmação seja correcta, em termos de detalhes a realidade apresenta algumas *nuances*, pois há despesas correntes financiadas por doadores e as despesas locais de investimentos são financiadas com recursos locais.